

JOSÉ SÁ CARNEIRO

Prefácio de
ÓSCAR AFONSO

**A
DESCOLONIZAÇÃO
,
E OS SEUS
ANTECEDENTES**

NÃO-FICÇÃO • HISTÓRIA

*À Zé
e em memória dos meus pais, Maria Manuela e Manuel João*

Índice

Prefácio	11
Introdução.	17
Roteiro	25
Agradecimentos.	29
CAPÍTULO 1	
<i>Quo Vadis?</i>	31
I. Os europeus em África.	32
II. Uma colonização singular?	48
CAPÍTULO 2	
A Presença Portuguesa em África	63
I. O comércio transatlântico de escravos	65
II. O regime colonial propriamente dito	97
CAPÍTULO 3	
A Mecânica Colonial	105
I. Uma economia dual	106
II. As instituições e a estrutura da propriedade em África	123
III. As «terras vagas» (<i>res nullius</i>).	132
IV. O poder de subjugar	138
V. A alavancagem do bem-estar nas colónias	141
VI. No período tardio do domínio colonial	144
VII. E a questão da singularidade?	147
CAPÍTULO 4	
A geografia, as instituições e a formação do colonialismo europeu	149
I. A Eurásia	151
II. África: a maldade da geografia.	154
III. Na charneira do imperialismo europeu.	157

IV. A ecologia e a seleção das instituições	162
V. Diversidade nas instituições matriciais	172
VI. A diferenciação nos direitos de propriedade	176
VII. A irrelevância das matrizes europeias em África	181
VIII. Mais variedade nos «achados institucionais»: uma colónia de fusão	183
 CAPÍTULO 5	
O Racismo e as Suas Variantes	187
I. A racialização na sociedade colonial	188
II. As variantes do racismo	200
 CAPÍTULO 6	
A Descolonização	217
I. Nas vésperas da descolonização	217
II. A controvérsia	222
III. O êxodo	224
IV. O processo da descolonização	227
V. Angola: Angola, no ápice da descolonização	244
VI. A integração dos retornados na Metrópole	286
VII. Um balanço no cinquentenário	292
 Apêndice.	
A1 – Remuneração do trabalho indiferenciado em Angola	305
A2 – As «nacionalizações» em Portugal no ano de 1975	307
 Bibliografia	
	311

Prefácio

ÓSCAR AFONSO

A descolonização portuguesa continua a ocupar um lugar singular na história contemporânea de Portugal. Meio século depois dos acontecimentos de 1974-1975, permanece simultaneamente um episódio histórico e um campo de debate político e intelectual onde persistem narrativas concorrentes. Poucos temas revelam tão claramente como a memória histórica pode ser moldada por perceções sedimentadas, por experiências vividas e por interpretações ideológicas que, ao longo do tempo, se cristalizam em lugares-comuns.

É precisamente nesse espaço de debate que se inscreve o presente livro. Esta obra de José Sá Carneiro não procura apenas revisitar os acontecimentos da descolonização portuguesa; propõe antes um exercício de análise crítica destinado a questionar algumas das perceções mais persistentes que moldam o imaginário coletivo sobre o fim do império. Nesse sentido, este livro pode ser entendido como um esforço de revisão intelectual de narrativas estabelecidas. O objetivo não é substituir uma visão simplificada por outra, mas antes introduzir um quadro interpretativo mais exigente, capaz de integrar contributos provenientes da história económica, da economia política e da análise institucional.

Esta ambição metodológica constitui um dos aspetos mais marcantes da obra. Ao contrário de muitas abordagens historiográficas centradas predominantemente na descrição cronológica dos acontecimentos ou na análise estritamente política dos processos de independência, o autor procura compreender a descolonização portuguesa como parte de um fenómeno mais amplo: a interação entre estruturas institucionais, incentivos económicos e comportamentos coletivos. Trata-se, em última análise, da aplicação de instrumentos analíticos desenvolvidos pela economia política contemporânea a um episódio central da história portuguesa do século xx.

A economia política, entendida como o campo que estuda a forma como as instituições moldam o funcionamento das economias e a distribuição do poder numa sociedade, tem vindo a assumir, nas últimas décadas, um papel cada vez mais relevante na interpretação de processos históricos. O reconhecimento

crescente da importância das instituições na determinação do desenvolvimento económico de longo prazo levou a uma reavaliação profunda de muitas narrativas tradicionais sobre crescimento, atraso económico e divergência entre países.

Neste contexto intelectual, esta obra propõe uma leitura da história colonial e pós-colonial portuguesa que dialoga com esta literatura contemporânea. Ao fazê-lo, procura identificar mecanismos estruturais que ajudam a explicar tanto o funcionamento do sistema colonial português como as características do processo de descolonização e as suas consequências.

Um dos contributos mais originais da obra surge logo no início, com a aplicação do conceito de dissonância cognitiva à interpretação do êxodo maciço de portugueses de Angola e de Moçambique em 1975. A dissonância cognitiva – conceito central na psicologia social introduzido por Leon Festinger e posteriormente incorporado em diversas áreas da ciência económica – descreve a tensão psicológica que emerge quando os indivíduos confrontam informações incompatíveis com as suas crenças ou expectativas. Para reduzir esse desconforto, os indivíduos tendem frequentemente a ignorar ou reinterpretar sinais que contradizem a visão do mundo que interiorizaram.

Este mecanismo oferece uma perspectiva particularmente sugestiva para compreender um dos episódios mais dramáticos da história recente portuguesa: a saída repentina de centenas de milhares de portugueses residentes nas colónias africanas após a revolução de 1974. À luz de uma análise retrospectiva, a independência das colónias pode parecer um desfecho quase inevitável, dada a evolução do contexto internacional, a intensificação dos movimentos de libertação africanos e o próprio desgaste do regime português. No entanto, para muitos dos que viviam em Angola e em Moçambique, essa possibilidade permaneceu durante muito tempo cognitivamente distante.

O autor sugere que a persistência dessa percepção pode ser explicada, em parte, por mecanismos de dissonância cognitiva: aceitar a possibilidade de uma rutura abrupta implicaria reconhecer a fragilidade de expectativas pessoais e coletivas construídas ao longo de décadas. Perante essa perspectiva desconfortável, muitos indivíduos tenderam a minimizar sinais de mudança ou a interpretá-los como episódios transitórios. Quando a realidade acabou por se impor, o ajustamento ocorreu de forma súbita e desordenada, traduzindo-se num processo de retração coletiva que marcou profundamente a sociedade portuguesa.

Este tipo de abordagem revela bem o método que atravessa toda a obra: a tentativa de compreender acontecimentos históricos não apenas através das decisões políticas que os desencadearam, mas também através dos mecanismos cognitivos e institucionais que condicionam as percepções e as escolhas dos indivíduos.

Um segundo eixo fundamental do livro reside na análise do papel das instituições na evolução económica de longo prazo. A literatura contemporânea sobre desenvolvimento económico tem vindo a demonstrar de forma convincente que as diferenças institucionais entre sociedades – isto é, as regras que estruturam a propriedade, o poder político, os incentivos económicos e a proteção jurídica dos agentes – desempenham um papel decisivo na explicação das divergências observadas entre países.

As experiências coloniais europeias constituem, nesse contexto, um campo particularmente fértil para a análise comparada das instituições. O modo como diferentes potências coloniais organizaram os territórios sob o seu domínio, a forma como estruturaram a propriedade da terra, os sistemas administrativos que instituíram e a composição demográfica que emergiu desses processos tiveram impactos duradouros nas trajetórias económicas das sociedades que daí resultaram.

Neste quadro analítico, o autor explora dois fatores particularmente relevantes. O primeiro refere-se à composição demográfica das sociedades coloniais. Em regiões onde a presença europeia se tornou dominante, frequentemente designadas na literatura como «Neo-Europas», as instituições europeias foram transplantadas de forma relativamente completa, criando estruturas económicas e políticas semelhantes às das metrópoles. Em regiões onde a população local permaneceu demograficamente dominante, as instituições coloniais assumiram frequentemente um carácter mais extrativo e menos inclusivo.

O segundo fator diz respeito às diferenças entre as próprias matrizes institucionais europeias. A obra dedica particular atenção ao contraste entre os modelos ibéricos e anglo-saxónicos, sugerindo que esses dois universos institucionais desenvolveram historicamente conceções distintas da proteção da propriedade e da relação entre Estado e economia.

É neste ponto que emerge um dos conceitos mais centrais do livro: o dos direitos de propriedade. Na teoria económica, os direitos de propriedade referem-se ao conjunto de garantias legais e institucionais que permitem aos indivíduos e às organizações controlar, utilizar e transferir ativos económicos. A segurança desses direitos é um elemento essencial para o funcionamento de mercados eficientes, pois condiciona a disposição dos agentes económicos para investir, inovar e assumir riscos.

Segundo a interpretação desenvolvida pelo autor, as instituições ibéricas tenderam historicamente a assegurar uma proteção relativamente robusta da propriedade fundiária e de outros bens reais, mas revelaram maior fragilidade na proteção de ativos intangíveis, como o capital financeiro, as empresas ou os títulos de dívida pública. Pelo contrário, nas tradições institucionais anglo-saxónicas,

a consolidação precoce de sistemas jurídicos favoráveis à proteção da propriedade em sentido amplo contribuiu para o desenvolvimento de mercados financeiros mais profundos e de Estados capazes de financiar-se de forma credível.

Esta diferença institucional ajuda a compreender diversos episódios históricos aparentemente desconexos, desde os incumprimentos recorrentes da dívida pública em certos contextos ibéricos até à extraordinária continuidade do cumprimento da dívida inglesa desde o final do século XVII. Ao longo do tempo, essas divergências institucionais acabaram por influenciar a formação de sistemas económicos distintos e trajetórias de desenvolvimento diferenciadas.

O livro sugere ainda que certos episódios da história portuguesa recente podem ser interpretados à luz desses padrões institucionais de longa duração. O período revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril constituiu, nesse sentido, um momento particularmente revelador. As nacionalizações e expropriações desse período refletiram tensões profundas em torno da propriedade empresarial e do papel do capital privado na economia, tensões que o autor interpreta como consistentes com uma tradição institucional em que a proteção da propriedade nem sempre se estendeu de forma homogênea a todas as formas de capital.

Importa sublinhar, contudo, que a análise proposta não implica qualquer forma de determinismo histórico. As instituições evoluem, adaptam-se e podem ser profundamente transformadas por mudanças políticas e económicas. A integração europeia representa, nesse sentido, um dos acontecimentos estruturais mais importantes da história portuguesa recente. Ao integrar Portugal num espaço institucional caracterizado por regras estáveis, disciplina orçamental e proteção jurídica robusta dos direitos de propriedade, o processo de integração europeia contribuiu para a redução de riscos associados à instabilidade institucional.

No entanto, como o autor sugere, certas perceções culturais e predisposições ideológicas podem persistir mesmo quando o enquadramento institucional se altera. Entre essas perceções encontra-se, por exemplo, uma certa desconfiança histórica em relação ao grande capital ou às grandes empresas. Essa atitude pode influenciar o desenho de políticas públicas, a regulação económica e até a estrutura do tecido empresarial.

Este ponto assume particular relevância num contexto em que a economia portuguesa enfrenta desafios estruturais associados à produtividade e à escala empresarial. A predominância de pequenas e médias empresas, embora frequentemente associada a características positivas como flexibilidade ou proximidade ao mercado, pode também limitar a capacidade de investimento, inovação e internacionalização. Nesse sentido, a reflexão histórica proposta pelo livro abre implicitamente um espaço de debate sobre questões económicas contemporâneas.

É precisamente esta capacidade de ligar o passado ao presente que confere ao livro uma relevância particular. Ao revisitar a história da descolonização e dos seus antecedentes com instrumentos analíticos provenientes da economia política moderna, o autor não só contribui para uma compreensão mais rica desse episódio histórico, mas também convida o leitor a questionar certas percepções que continuam a influenciar o debate público em Portugal.

O exercício intelectual proposto nesta obra – a desconstrução crítica de narrativas estabelecidas – constitui, em si mesmo, uma contribuição importante para o debate histórico e económico. A compreensão do passado exige frequentemente a coragem de interrogar as histórias que contamos sobre nós próprios. É precisamente esse convite à reflexão crítica que torna este livro particularmente valioso.

Mais do que oferecer respostas definitivas, esta obra de José Sá Carneiro suscita novas perguntas. E é muitas vezes nesse gesto, o de ampliar o horizonte das perguntas, que reside o verdadeiro progresso do conhecimento histórico.

Introdução

O mundo moderno, a economia de mercado e o imperialismo europeu formaram-se, em larga medida, na Europa Ocidental e evoluíram a par e passo.

Enquanto se desenhavam as instituições que moldariam a economia e a organização política das sociedades contemporâneas, a Europa Ocidental projetava-se – invasiva e dominadora – sobre os demais continentes. É dessa expansão que nos ocupamos neste livro: mais especificamente, do papel desempenhado pelos portugueses nesse processo, com a colonização em África, bem como do seu reverso: a descolonização.

Portugal foi o precursor da expansão marítima. Inovou na navegação oceânica e, no século xv, abriu o Atlântico aos demais exploradores europeus. Lançou, assim, os primeiros alicerces da ponte entre a Eurásia, o Novo Mundo e a África Subsariana – parcelas da Humanidade até então apartadas do conhecimento e do progresso tecnológico eurasiáticos. Com a Espanha, deslocou o epicentro das trocas comerciais do Mediterrâneo para o Atlântico, e deste também para o Índico, abrindo caminho ao desenvolvimento da *economia-mundo*, na expressão de Fernand Braudel.

Contudo, seriam outros – que não os ibéricos – a lançar as bases da moderna economia de mercado, mediante a qual essa economia-mundo seria elevada ao patamar de integração e desenvolvimento que hoje conhecemos. Esse papel coube à Inglaterra e à Holanda, quando, no dealbar do século xvii, criaram o mercado de capitais e forjaram as instituições que garantiam solidez às finanças públicas e proteção efetiva ao investimento privado – não apenas sobre a posse da terra.

À criação do mercado de capitais e das grandes corporações – como as Companhias das Índias Orientais Holandesa e Britânica – seguiu-se a Revolução Industrial, em finais do século xviii, com a Inglaterra novamente na liderança. A Bélgica acompanhou de perto, renovando um ciclo de prosperidade que já conhecera com os mercados da Flandres e a Bolsa de Antuérpia. Mais tarde, já no último quartel do século xix, a Alemanha emergiria como protagonista da Segunda Revolução Industrial, a par dos Estados Unidos da América.

A França, por sua vez, foi coprotagonista nesses avanços – tanto no século das Luzes como, antes, na Revolução Científica dos séculos XVI e XVII. Não se deixou atrasar na Revolução Industrial, nem no salto em capital humano, com os enormes progressos feitos na literacia, na segunda metade do século XIX, sem os quais os progressos no bem-estar do século XX teriam sido impossíveis.

Foram estes países – Portugal, Espanha, Inglaterra, Holanda, Bélgica, França e Alemanha – os coautores da colonização das Américas, do comércio transatlântico de escravos e do colonialismo em África. Assim, no mesmo passo em que inovavam com extraordinário alcance na «Jornada da Humanidade», infligiam graves danos aos povos que subjugavam nos territórios que invadiam.

O flagelo da escravatura, com o comércio de cativos cruzando o Atlântico e o trabalho forçado nas plantações de açúcar e algodão do Novo Mundo; o extermínio dos índios e dos aborígenes, dizimados por vírus fatais para os quais os eurasiáticos eram imunes, que não os nativos no Novo Mundo; a inferiorização racial e o trabalho compelido nos impérios coloniais africanos a partir da Conferência de Berlim (1884-85); e, finalmente, a segregação explícita dos afro-americanos sob as leis de Jim Crow (desde 1877) nos estados do sul da América do Norte – tudo isso compõe a outra face da expansão europeia.

Tomo a expressão «Jornada da Humanidade» de empréstimo a Oded Galor, representando a dinâmica do progresso humano e material ao longo da história – desde os tempos primitivos da caça-recoleção até aos nossos dias, passando pelas revoluções do Neolítico e Industrial, e avançando, já no século XXI, para a Revolução Digital, como poderíamos, talvez, acrescentar.

Sem uma perspetiva histórica da expansão europeia e do colonialismo, não se afigura possível avaliar com objetividade a descolonização, que constitui o propósito central deste livro.

O mundo não é estático, e as sociedades não se distinguem apenas pelos seus padrões culturais mais visíveis, mas também pelo estádio em que se encontram na «Jornada da Humanidade».

Um exemplo ilustra bem essa diferenciação. No sudoeste de Angola, os mucuissos, caçadores-recoletores que habitavam o Namibe, aqueciam os alimentos ao sol porque desconheciam o uso do fogo. Distinguiam-se claramente dos mucubais – povos bantos mais poderosos –, que haviam invadido o seu território e já conheciam o ferro, praticando a agricultura e a pastorícia, atividades próprias do Neolítico. Distinguiam-se ainda mais, uns e outros, dos invasores subsequentes: os portugueses, que em meados do século XIX ocuparam as margens do rio Bero, no Namibe (Moçâmedes), e traziam já consigo o legado da Revolução Industrial.

Agradecimentos

Sem o apoio da Zé, não teria tido o tempo que dediquei à investigação e à escrita deste livro. É para ela a minha primeira palavra de agradecimento.

Se já dei testemunho da minha dívida para com a Faculdade de Economia do Porto pela oportunidade de nela ter adquirido as ferramentas essenciais à investigação realizada – o que fiz homenageando a memória do Professor José da Silva Costa –, não posso deixar de reiterar esse reconhecimento também na pessoa do seu atual Diretor, Professor Óscar Afonso, de quem me sinto grato pela disponibilidade para escrever o Prefácio, que muito me honrou.

Aos meus colegas no Doutoramento – e também enquanto lecionámos na Universidade Portucalense – Alexandre Azevedo Pinto e Diogo de Melo Lourenço, muito agradeço a disponibilidade para rever o manuscrito, os seus comentários e as tão pertinentes sugestões. Muito especialmente, devo ao Alexandre o reparo de encerrar as questões formuladas – e foram múltiplas – com a respetiva conclusão («se não, é como assistir a um filme muito bonito mas que termina em nada...»); e devo ao Diogo a ênfase numa estruturação clara da investigação e da exposição e, ainda, a afinação do conceito de «rendimento de subsistência» numa economia malthusiana.

Uma palavra de reconhecimento ao incentivo que recebi, desde a primeira hora, do António Costa Silva, e aos laços de amizade que nasceram nas efervescentes RGA (Reunião Geral de Alunos) e nos inolvidáveis debates organizados, com os nossos inestimáveis colegas, no âmbito do Círculo de Cinema e do Centro Cultural da Universidade de Luanda.

Por fim, ao Grupo GUERRA & PAZ | GRADIVA, pela disponibilidade e pelo interesse manifestado na publicação deste livro, o que representou para mim motivo de muito apreciado reconhecimento; e à equipa de revisão, na pessoa da Dra. Helena V. Rafael, pela sua sempre tão pronta disponibilidade e competência.



Mapa 1: Angola e os seus vizinhos no período colonial
(década de 1950)

Capítulo 1

Quo Vadis?

Eu acabara de completar dezanove anos quando, em 1974, aconteceu o 25 de Abril. Frequentava então o 2.º ano do Curso de Economia na Universidade de Luanda. Vinha de Moçâmedes, a cidade mais a sul de Angola, fundada em 1849 por uma colónia de portugueses provenientes de Pernambuco, no Brasil. Edificaram-na entre o mar e o deserto, abrigando-se na baía onde desaguava o rio Bero.

Durante quase todo o ano, o leito do rio apresentava-se seco e arenoso, tal como as vastas regiões semidesérticas que atravessava. Mas as margens, embora estreitas, mostravam-se férteis, sedimentadas pelas enxurradas ocasionais.

Generoso era especialmente o mar de Moçâmedes. A costa era percorrida pela corrente fria de Benguela, vinda do Cabo da Boa Esperança, geralmente apontada como explicação para a abundância de recursos piscícolas ao longo de toda a costa sul de Angola.

Os portugueses sentiam-se privilegiados naquela terra, tal a conjugação de predicados naturais que os envolvia. A minha geração, e não apenas os mais velhos, não se imaginava a viver noutro lugar. Na verdade, eram-no de facto. Mas não só pela imersão num território fascinante, de que desfrutavam e onde se sentiam imensamente livres, como também, e sobretudo, pelo estatuto que a pertença à classe dominante num sistema colonial lhes conferia. Tratava-se de uma atribuição tácita, já que à face da lei não havia distinção entre europeus, mestiços e africanos (quando culturalmente «assimilados»). Mas era uma distinção poderosa, com benefícios múltiplos e substanciais, incluindo comodidades invulgares noutros contextos.

Ou não seria bem assim? Seriam os portugueses em Angola afortunados pela natureza, como acreditavam sê-lo, ou antes bafejados pelo sistema colonial, que não reconheciam enquanto tal?

I. Os europeus em África

Os economistas, não podendo testar hipóteses em laboratório, recorrem às chamadas experiências quase-naturais. É essa a via que sigo aqui, utilizando a geografia como instrumento de teste.

Ao fazer variar o ambiente natural – mudando de coordenadas, na latitude e na longitude – mas mantendo o resto constante, podemos avaliar o peso da Natureza na determinação da «felicidade» dos portugueses em Angola.

A cidade mais próxima de Moçâmedes era Sá da Bandeira, ou Lubango, na sua designação atual e também na mais antiga, como ainda a ouvia pronunciar à minha avó Henriqueta. Capital do vasto distrito da Huíla, Sá da Bandeira ficava a 200 quilómetros a nordeste de Moçâmedes. Distâncias dessa ordem eram comuns em Angola, cuja superfície total superava em 14,5 vezes a da Metrópole.

O clima, embora ainda tropical, era temperado pela altitude, já que a cidade se erguia num planalto a 1700 metros acima do nível do mar. Tornara-se, por isso, particularmente atrativa para os europeus. Em 1885, instalou-se ali uma colónia de portugueses oriundos da ilha da Madeira. Seguiram-se outras levas da mesma proveniência e, mais tarde, também de origens diversas. A amenidade do clima explicava, em grande medida, essa atração.

Percebe-se, assim, que o segundo liceu em Angola tenha sido construído em Sá da Bandeira (Lubango), em 1922, apenas três anos depois da inauguração do Liceu Salvador Correia de Sá, na capital, Luanda.

Durante décadas, esses foram, aliás, os dois únicos estabelecimentos de ensino secundário em Angola. E quando o ensino superior teve início, em 1962, Sá da Bandeira voltou a distinguir-se, acolhendo um dos polos da Universidade de Luanda, com os cursos de Matemática e de Letras. Outro polo foi instalado em Nova Lisboa, capital do distrito do Huambo, igualmente planáltico, onde funcionavam os cursos de Medicina Veterinária e de Agronomia. Em Luanda, naturalmente, ficavam a reitoria e as faculdades de maior peso, como Medicina e as Engenharias. Tal não acontecia com o Direito: dizia-se que aí o risco de contestação e agitação políticas seria mais elevado.

Visitei a cidade de Sá da Bandeira em várias ocasiões, primeiro com os meus pais e, mais tarde, já adolescente, com os amigos. O meu pai ali frequentara o liceu, alojado no internato que recebia estudantes das famílias residentes a sul de Luanda – famílias quase exclusivamente europeias, importa sublinhar.

Digo «europeias» e não «brancas». Salvo em contextos demográficos, procuro evitar as designações «brancos» e «negros» para referir a origem ou ascendência das pessoas em Angola, ou noutros lugares. É uma opção, entre outras possíveis. A cor da pele constitui um marcador não-neutro de pertença a grupos